

CONJECTURAS SOBRE A HISTÓRIA DA GEOGRAFIA ESCOLAR: OS LIVROS ESCOLARES ENTRE 1930 E 1969

Diego Carlos Pereira
diego-carlinho@hotmail.com¹

João Pedro Pezzato
jpezzato@rc.unesp.br²

Resumo

Pesquisas têm buscado analisar os livros escolares enquanto objeto contextualizado de expressão da cultura, de acordo com aspectos específicos de produção, elaboração, conteúdo, currículo, significação e utilização dos mesmos. Este artigo se constitui como um ensaio teórico escrito a partir de procedimentos de uma pesquisa bibliográfica norteadas por questionamentos e conjecturas acerca dos subsídios teórico-metodológicos e processos investigativos imbricados no âmbito da história da geografia escolar a partir dos livros escolares. Neste sentido, a partir de uma pesquisa de doutorado em fase preliminar, nosso objetivo central com esse texto é conjecturar e problematizar aspectos da história da disciplina Geografia a partir da relação entre as políticas curriculares e a produção dos livros escolares enquanto produção cultural escolar no período entre 1930 e 1969, realizando um ensaio teórico que nos fornece indícios para uma narrativa a respeito da história da Geografia escolar nesse período. A partir de autores como Alain Choppin, Augustín Escolano, André Chervel e Rodríguez Lestegás discutimos aspectos da constituição histórica das disciplinas escolares a partir do enredo da cultura escolar e potencializamos seus usos na pesquisa com a Geografia escolar. A partir de Demerval Saviani, Nidia Pontuschka, Rosenberg Ferracini e Eduardo Maia problematizamos algumas questões frente ao período escolanovista, à história dos livros escolares de Geografia e as conjecturas possíveis para nossa pesquisa neste momento. Contudo, inferimos alguns posicionamentos possíveis para o nosso trabalho que, sinteticamente, são: a influência de concepções econômicas e políticas nacionalistas na constituição da história da Geografia escolar a partir dos livros escolares do período a ser pesquisado; uma legitimação de conteúdos que predominaram e podem ainda predominar nas práticas de ensino da Geografia enquanto suas relações com a pedagogia da Escola Nova e sua conflitante relação com a Geografia clássica; uma relação intrínseca e, ao mesmo tempo, oscilante entre o desenvolvimento de conhecimentos científicos da Geografia sistematizada na universidade e a Geografia que se constituía na escola; e, por último, os livros escolares desse período se caracterizaram por

¹ Diego Carlos Pereira é doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Rio Claro/SP), Mestre em Educação e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM/Uberaba/MG). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

² João Pedro Pezzato é professor do Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Rio Claro/SP) e docente dos programas de Pós-graduação em Geografia e Educação da mesma instituição. Possui graduação em Geografia, Licenciatura e Bacharelado, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1987), Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (1995/2001). Entre 2010 e 2011 realizou Pós-Doutorado na Universidade de Santiago de Compostela, USC, Galícia, Espanha.



uma produção que sistematizou um enredo cultural à Geografia escolar enquanto disciplina no Brasil.

Palavras-chave: História da Geografia Escolar, Manuais e Livros Escolares, Cultura Escolar.

Introdução

O desenvolvimento de pesquisas, em perspectivas historiográficas, sobre os livros escolares – e/ou outras terminologias como livros escolares e compêndios – tem suscitado no âmbito da história das disciplinas escolares, inclusive na Geografia, avanços no que tange à discussão cultural da escola e, conseqüentemente, de seus livros. Esses avanços têm se debruçado em analisar os livros escolares enquanto objeto contextualizado de expressão da cultura, de acordo com aspectos específicos de produção, elaboração, conteúdo, currículo, significação e utilização dos mesmos.

Assim, acreditamos que o livro escolar pode ser contextualizado de acordo com suas características de produção editorial, de atualização técnica, de ser apontado como veículo de transmissão ideológica, de representar uma materialidade histórico-cultural das disciplinas escolares e de se constituir culturalmente a partir das oscilações imprimidas pelas políticas curriculares e pelas práticas de ensino ao longo do tempo.

Este artigo se constitui como um ensaio teórico escrito a partir de procedimentos de uma pesquisa bibliográfica norteada por questionamentos e conjecturas acerca dos subsídios teórico-metodológicos e processos investigativos imbricados no âmbito da história da geografia escolar a partir dos livros escolares. Este texto relaciona-se ainda com um exercício teórico parcial de nossa pesquisa em fase de desenvolvimento preliminar, em nível de doutorado, sobre a história dos livros escolares de Geografia no Brasil.

Neste sentido, nosso objetivo central com esse texto é conjecturar e problematizar aspectos da história da disciplina Geografia a partir da relação entre as políticas curriculares e a produção dos livros escolares enquanto produção cultural escolar no período entre 1930 e 1969, realizando um ensaio teórico que nos fornece indícios para uma narrativa sobre a história da Geografia escolar nesse período.

A consideração dos livros escolares enquanto materialização cultural, simbólica e histórica da escola é apontada por Escolano (1992) como uma categoria específica dos



elementos estruturais da instituição escolar, justificando sua pesquisa, ao passo que essas categorias sejam organizadas e pensadas segundo uma ordem engendrada no tempo escolar. Desta forma, o livro escolar representa uma materialidade que, apesar de limitada, instituiu ao longo da história práticas e discursos que caracterizam – até hoje – as práticas de ensino. Sendo assim,

El tiempo, al igual que otros elementos estructurales de la escuela (el espacio, la organización didáctica, los medios tecnológicos, los sistemas de disciplina y examen...), expresa algunas características relevantes de la educación formal en su dimensión práctica o real; no sólo porque es una categoría que materializa las concepciones y los modos de educación, sino también porque esa misma materialidad instituye un discurso pedagógico y cultural (ESCOLANO, 1992, p.55).

Tomamos a perspectiva cultural dos manuais escolares para conjecturar um período ainda pouco estudado no âmbito da história da disciplina escolar de Geografia, como veremos posteriormente. Desta forma, delineado nosso objetivo, almejamos, com este trabalho, elencar alguns pressupostos que demonstram a riqueza conceitual, os subsídios teórico-metodológicos e os aspectos historiográficos dos manuais e livros escolares de geografia sob o espectro desse período marcado pelos ideais escolanovistas no currículo e nas políticas educacionais brasileiras.

Sem tentar esgotar a temática e a fim de contribuir para a sua problematização em âmbito científico, este artigo busca suscitar o debate a partir das possibilidades terminológicas dos conceitos acerca dos manuais e livros escolares, levantar pressupostos a respeito da história dos livros escolares enquanto fundamento para a organização das disciplinas escolares e esboçar sobre os livros escolares de Geografia e sua história nesse período.

Livros escolares: discutindo conceitos por meio da abordagem cultural

Alain Choppin (2009) realiza uma vasta pesquisa no sentido de discutir tais oscilações terminológicas e conceituais relativas à questão dos manuais e livros escolares, no qual afirma que “como todo objeto de pesquisa, o livro escolar não é um dado, mas o resultado de uma construção intelectual: não pode então ter uma definição única” (CHOPPIN, 2009, p.74).

A partir desse pressuposto, o autor afirma que as oscilações terminológicas e conceituais – manuais escolares, livros didáticos, compêndios, guias, pré-cis, entre tantas outras – resultam de uma complexa relação cultural e linguística particular a uma época

distinta, a um território ou país, à língua vernácula e à pluralidade de vocábulos e expressões culturais que denominam os livros escolares (CHOPPIN, 2009).

Choppin (2009) afirma ainda que a história dos livros escolares apresenta uma intrínseca relação com a organização e a história das disciplinas escolares sendo que as finalidades dos mesmos estão relacionadas ao caráter organizacional do conhecimento escolar e do currículo. Em complementaridade a esses pressupostos, Escolano (2001) afirma que “su génesis y difusión están estrechamente asociadas al nacimiento y desarrollo de los sistemas nacionales de educación, es decir, al proceso de implantación de la escuela pública (ESCOLANO, 2001, p.14).

Os manuais escolares não devem ser tomados de maneira uniforme, pois:

o manual escolar não é um produto fixo, imutável: sua existência, funções, forma, seus usos dependem de múltiplos fatores nos quais os contextos geográfico, histórico e cultural têm, apesar de outros, um papel determinante. (CHOPPIN, 2009, p.67)

Desta forma, o campo de estudo dos manuais escolares representa relativamente um recente e complexo âmbito epistemológico nos estudos da historiografia pedagógica em termos acadêmicos. Para Escolano (2001), os conhecimentos de análise dos manuais podem ser objeto de estudos especializados, ou mesmo dar origem a uma disciplina e uma práxis. Para o autor, o estudo dos manuais refere-se “a un campo intelectual y a una pragmática comunicativa con sus proyecciones en los programas de formación de profesores y en los proyectos de investigación educativa” (ESCOLANO, 2001, p.13).

Em termos conceituais Escolano (2001) denomina a terminologia “manualística” para caracterizar esse recente campo de estudo sobre os manuais e livros escolares no qual o autor dedicou uma vasta obra em seus estudos sobre a história dos livros escolares na Espanha.

Para o autor, a análise dos manuais escolares deve ir além das dimensões instrumentais como fontes de historiografia e de prática escolar. Sua análise, para Escolano (2001) deve também considerá-los como construção cultural e pedagógica elaborada segundo teorias textuais e pedagógicas específicas, influenciadas por epistemologias e contextos temporais também distintos. Assim, o livro escolar assume finalidades próprias da escola a partir de sua produção e conhecimento no contexto cultural da instituição escolar e da própria disciplina e, portanto, atrelada às políticas, currículo e teorias predominantes em seu tempo.

Ao assumir essa dupla dimensão dos manuais e livros escolares o pesquisador passa a examiná-los sob suas configurações históricas considerando-os:

espacios de representación de la memoria en que se materializó la cultura de la escuela en las distintas épocas a que tales objetos corresponden. Y también, claro está, porque como construcciones culturales los manuales vienen determinados genéticamente, y expresan, por tanto, muchas de las sensibilidades sociales, educativas y simbólicas de los momentos históricos en que se producen y utilizan. (ESCOLANO, 2001, p.13).

Neste sentido, Escolano (2001) afirma que os textos escolares presentes nos manuais não são somente um aspecto material de uso dos professores e alunos ao longo da história, eles representam por si só os modos concepsivos e práticos da educação em determinado tempo. Sendo assim, sua textualidade e seus métodos expressam teorias pedagógicas e padrões de comunicação escolar implícitos em determinado momento.

No que tange à geografia escolar, esse aspecto apresentado pelo autor é crucial para nossas indagações, pois nos preocupamos não somente com a representação material dos livros escolares de Geografia, mas também, com sua representação simbólica da constituição da cultura escolar e da disciplina e suas textualidades expressam elementos que teóricos e práticos que nortearam as práticas de ensino em geografia entre 1930 e 1969.

Tendo em vista este pressuposto de expressão das teorias pedagógicas e padrões de ensino adquiridos pelos manuais escolares, Escolano (2001) acredita que ao mesmo tempo em que os manuais escolares se materializam enquanto cultura pela sua finalidade ao ensino, eles adquirem também uma função organizacional e técnica do sistema escolar, do currículo e das atribuições sociais da escola.

Para construirmos uma narrativa a respeito da história da Geografia escolar no período pesquisado (1930-1969) nos parece relevante ter a preocupação com as finalidades do ensino de Geografia a partir desses manuais, pois elas se configuram como aspectos substanciais da representação da cultura, dos objetivos, das concepções, dos conteúdos/currículos e dos elementos estruturais da organização da disciplina escolar de Geografia no período.

Os documentos – livros escolares – serão tomados como objeto cultural na medida em que participam da produção, circulação e apropriação da cultura mais ampla (CHARTIER, 1991) e, conseqüentemente, alcançaram maior abrangência institucional na disciplina escolar

de Geografia. Nesse sentido, são entendidos como representantes de dimensões das culturas escolares, como apontam Escolano (2001) e Chervel (1990).

A questão da construção dos conhecimentos geográficos escolares por meio destes livros escolares nos parece intrigante tendo em vista a perspectiva do caráter da cultura escolar como fonte de significado para a construção desses conhecimentos. Por esse aspecto, Rodríguez Lestegás (2012) afirma que a construção de conhecimentos geográficos escolares, apesar de ter a ciência como uma de suas fontes, busca no arranjo da cultura escolar a sua finalidade e estruturação, não se colocando, portanto, como uma redução dos conhecimentos científicos e sim como uma produção cultural específica ao ensino. Nesse sentido, ao professor:

no correspondente nível educativo não lhe ocorre ensinar uma reelaboração da investigação geográfica sobre o tema em questão, senão que constrói um novo e singular objeto de ensino que atenda às finalidades que a instituição escolar deve cumprir. (RODRÍGUEZ LESTEGÁS, 2012, p. 24)

Segundo esse pressuposto assumido em nosso trabalho, acreditamos que uma conjectura que norteia a pesquisa consiste em considerar que construção de conhecimentos geográficos escolares se pauta por uma configuração sócio-espacial e cultural do enredo escolar de acordo com o período em que se constitui e com as influências políticas e curriculares. No caso dos livros escolares a que nos propomos analisar, a construção desse conhecimento torna-se, portanto, um objeto de pesquisa situado no contexto da Escola Nova e de suas relações com a constituição da Geografia Escolar.

A geografia escolar e sua história: conjecturas sobre os livros escolares entre 1930 e 1969

Maia (2014), em sua tese sobre a Geografia Escolar em Minas Gerais no período imperial, realizou um levantamento sistemático das pesquisas realizadas no âmbito da História da Geografia Escolar entre 1973 e 2013 e, segundo as suas descrições, foi evidenciado que existem alguns trabalhos que perpassam o nosso período de interesse.

O autor evidenciou também que as pesquisas foram realizadas no âmbito da sistematização da Geografia enquanto ciência acadêmica e escolar no Brasil, no entanto, não houve sistematizações específicas na constituição histórica da Geografia Escolar em relação à Escola Nova e seus pressupostos curriculares.

Isso nos faz inferir que, apesar de existirem vários trabalhos sobre a história dos livros escolares de Geografia, ainda existem lacunas a serem tecidas nas narrativas históricas da



disciplina, em especial, no que tange a seus aspectos culturais e suas materialidades simbólicas e textuais referentes ao período de predominância da Escola Nova no Brasil.

Além disso, Pontuschka (2009) afirma que, no âmbito da História da Geografia Escolar, Delgado de Carvalho desponta como um precursor dos ideais escolanovistas na Geografia. A partir de Maia (2014) também inferimos que as pesquisas realizadas sobre as relações da Escola Nova com a Geografia relacionam-se à obra de Delgado de Carvalho e sua influência na sistematização da Geografia como ciência acadêmica e escolar, bem como, posteriormente às obras de Aroldo de Azevedo que também foram significativas para a produção de livros escolares de Geografia no Brasil.

Nossa pesquisa vem no sentido de questionar essa predominância de estudos sobre os livros escolares de Geografia no período da Escola Nova estar pautada, sobretudo, na obra de Aroldo de Azevedo e Delgado de Carvalho. A nosso ver, está posta a importância e influência desses dois autores na constituição da história da Geografia escolar, mas nos inquieta que as textualidades de outros autores pouco apareçam para complementar as narrativas históricas da disciplina nesse período.

Com o Estado Novo, algumas transformações além dos ideários escolanovistas influenciaram as publicações didáticas em Geografia. Segundo Ferracini (2012) a inclusão da obrigatoriedade da disciplina escolar de Geografia em todas as séries do secundário e no primário sob o prisma dos “Estudos Sociais” a partir da Reforma Capanema; a institucionalização da Geografia Científica a partir da Universidade de São Paulo (USP), da Associação de Geógrafos do Brasil (AGB) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e as reformas curriculares em que Getúlio Vargas adquiria importância significativa à Geografia escolar como portadora de um discurso cívico, patriótico e nacionalista circundavam os preceitos norteadores dos livros escolares de Geografia entre 1930 e 1960.

O período entre 1932 e 1969, que Saviani (2008) coloca como um período emblemático da educação brasileira foi, até então, o momento de maior discussão e transformação pedagógica no ensino brasileiro, que compreende a influência do Movimento Escola Nova. Por conta das transformações políticas e econômicas instituídas pelo Estado Novo, a modernização da educação brasileira ficou eminente. Os escolanovistas almejavam o rompimento das concepções tradicionais de ensino vigentes até então, desenvolvendo mudanças significativas no contexto educacional e esse movimento:

Era o resultado da influencia das ideias então vigentes nos Estados Unidos e na Europa e consubstanciadas, às vezes vistas de maneira impropriamente reunidas, sob o nome de ‘Movimento de Escolas Novas’ (...) apresentando e analisando a educação sob aspectos também novos: o aspecto psicológico e o aspecto sociológico. (ROMANELLI, 1984, p. 129)

Segundo Saviani (2008), o documento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, expressa sua justificativa pelo ponto de vista econômico e nacionalista, ou seja, que a questão educacional e sua respectiva mudança se deviam à emergência das forças econômicas e de produção que necessitavam de preparo intensivo das forças culturais que atendessem às necessidades do desenvolvimento do país.

Nesse sentido, acreditamos que a disciplina escolar de Geografia possa ter se constituído enquanto um aparelho ideológico a partir do ponto de vista econômico e nacionalista do país, atribuindo finalidades à disciplina bem como conhecimentos predominantes que lhe conferiram importância política em meio às transformações que estavam acontecendo na escola e na sociedade. Lestegás (2002) discute um processo parecido que aconteceu com a Geografia escolar na Espanha por meio do uso da linguagem cultural da disciplina como meio de legitimação do Estado.

No que tange às finalidades, o Manifesto introduz que na Escola Nova a educação se baseia por uma “concepção de vida” própria do aluno e do ambiente em que ele vive, ou seja, um ponto de vista ideológico pelo qual as relações de vida do aluno são determinadas pelas estruturas sociais. (SAVIANI, 2008)

Neste sentido, o autor afirma que a Educação Nova assume uma posição em relação a importância social do indivíduo construídas a partir de todos os grupos sociais, porém, com as mesmas oportunidades educacionais. Essa posição social também é caracterizada pelo “caráter biológico” que se contrapõe às concepções então tradicionais:

Em lugar dessa concepção tradicional, que servia a interesses de classes, a nova concepção vem fundar-se no ‘caráter biológico’ que permite a cada indivíduo se educar, conforme é de seu direito, ‘até onde o permitam suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social’ (MANIFESTO, 1984, p. 411 apud SAVIANI, 2008, p. 244).

Diante disso, nos questionamos ainda sobre como a Geografia se constituiu enquanto disciplina a partir das finalidades sociais pressupostas pela Escola Nova. Acreditamos que, enquanto disciplina que possui a paisagem, o espaço, o lugar, entre tantos outros conceitos que se relacionam diretamente com a vida dos alunos, a Geografia possa ter constituído um

arcabouço de conhecimentos próprios para as finalidades escolares que se voltavam para os indivíduos e suas práticas sociais. Ou não? Ou a Geografia escolar, nesse período, permaneceu enraizada em pressupostos tradicionais de ensino? Ou até que ponto a disciplina assumiu esses pressupostos escolanovistas ou os transformou? Ou até que ponto a Geografia escolar se manteve como “reprodutora” de conhecimentos científicos – de uma ciência nascente no Brasil – simplificados para a sala de aula? São inquietações que dividimos com vocês nessa etapa inicial de nossa pesquisa e que pretendemos discutir e construir uma narrativa histórica que possa provocar novas elucidações sobre esse período da Geografia escolar brasileira.

Considerações finais

Com este artigo elucidamos pressupostos teórico-metodológicos que direcionam caminhos e abordagens que demonstram a riqueza conceitual, aspectos historiográficos, conjecturas e questionamentos acerca da constituição da história da Geografia escolar a partir dos livros escolares no período escolanovista (1930-1969).

As pesquisas envolvendo os manuais ou livros escolares devem atentar-se aos detalhes que “marcam a vida de um livro escolar” (CHOPPIN, 2004), como buscar o entendimento e a contextualização adequada a cada livro analisado e aos seus pressupostos, conteúdos e produção, distribuição, comercialização e utilização.

Acreditamos que, neste texto, tenhamos desenvolvido o objetivo de conjecturar e problematizar aspectos da história da disciplina Geografia a partir da relação entre as políticas curriculares e a produção dos livros escolares enquanto produção cultural escolar no período entre 1930 e 1969, realizando um ensaio teórico que nos fornece indícios para uma narrativa histórica deste período para a Geografia escolar.

Entre essas conjecturas e questionamentos, sinteticamente, estão: a influência de concepções econômicas e políticas nacionalistas na constituição da história da Geografia escolar a partir dos livros escolares do período a ser pesquisado; uma legitimação de conteúdos que predominaram e podem ainda predominar nas práticas de ensino da Geografia enquanto suas relações com a pedagogia da Escola Nova e sua conflitante relação com a Geografia clássica uma relação intrínseca e, ao mesmo tempo, oscilante entre o desenvolvimento de conhecimentos científicos da Geografia sistematizada na universidade e a Geografia que se constituía na escola; e, por último, os livros escolares desse período se

caracterizaram por uma produção que sistematizou um enredo cultural à Geografia escolar enquanto disciplina no Brasil.

Referências bibliográficas

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 2, 1990. P. 177-229.

CHOPPIN, Alain. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. Tradução: Maria Helena C. Bastos. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 27 p. 9-75, Jan/Abr 2009.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004. Tradução de Maria Adriana C. Cappello

ESCOLANO, Agustín Benito. Sobre la construcción histórica de la manualística en España. **Revista Educación y Pedagogía**. Medellín: Facultad de Educación. Vol. XIII, No. 29-30, (enero-septiembre), 2001.

ESCOLANO, Agustín Benito. Tiempo y educación. Notas para una genealogía del almanaque escolar. **Revista de educación**. N.298, 1992, p.55-79.

FERRACINI, Rosemberg Aparecido Lopes. **A África e suas representações no(s) livro(s) escolar(es) de Geografia no Brasil – 1890 a 2003**. 2012, 229f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MAIA, Eduardo José Pereira. **A Geografia escolar na Província de Minas Gerais no período de 1854 a 1889**. 2014. 186f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender Geografia**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RODRÍGUEZ LESTEGAS, Francisco. Concebir la Geografía escolar desde una nueva perspectiva: una disciplina al servicio de la cultura escolar. **Boletín de la A. G. E.**, nº 33, 2002, p. 173- 186.

RODRÍGUEZ LESTEGAS, Francisco. A construção do conhecimento geográfico escolar: do modelo transpositivo à consideração disciplinar da Geografia. In: CASTELLAR, Sônia; MUNHOZ, Gislaíne. (Org.). **Conhecimentos escolares e caminhos metodológicos**. São Paulo: Xamã, 2012. p.13-27.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 5 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1984.



SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 2 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação).

